



II SERPINF
*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

A QUE(M) VEM SERVINDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Juliana Barreto da Silva*
Francisco Arseli Kern*

RESUMO: Discute-se a temática da educação superior no Brasil utilizando principalmente as concepções de Kátia Lima e Pablo Gentili como fundamentação teórica. Busca-se analisar sob uma perspectiva histórica dialética a direção que vem percorrendo a política de educação superior no Brasil a partir da reestruturação capitalista da década de 70, considerando, além das medidas políticas, as estratégias ideo-culturais empregadas para sua legitimação. Dentre outros fatos, evidenciou-se que historicamente governos produzem e reproduzem mecanismos para a implementação de uma política de expansão de acesso à educação superior, porém sempre sob uma lógica mercantil em detrimento das reais necessidades sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Política de Educação Superior. Estratégias Ideo-culturais. Capitalismo.

1. INTRODUÇÃO

A crise capitalista mundial da década de 70 foi reflexo do aumento da pobreza, da queda das taxas de lucro que configuravam um esgotamento da acumulação do capital e da ameaça socialista contra hegemonia capitalista. Para a manutenção do sistema capitalista e reestabelecimento de sua hegemonia sob o fundamento da doutrina neoliberal, iniciou-se um processo de reestruturação capitalista que significou profundas modificações no modo de produção e no reordenamento do papel do Estado. Neste contexto, as relações de trabalho entram num processo de flexibilização e conseqüente precarização, com a exigência de novas formas de gestão e de um novo perfil de trabalhador: o polivalente. O Estado é responsabilizado pela crise em razão de seu papel intervencionista no mercado e na vida social e culpabilizado por elevados gastos sociais e ineficiência administrativa, tendo seu papel reduzido e, assim, passando a compartilhar sua responsabilidade pelos serviços sociais com o setor privado e organizações não-governamentais, potencializando a expansão de promissores campos de investimento e rentabilidade para a exploração do capital, transformando estes serviços em mercadorias.

Essas mudanças conjunturais, associadas à intensificação do processo de mundialização do capital e da conseqüente competitividade que se acirravam na década de 90,

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

rebateram na política de educação superior e materializaram-se nas reformas educacionais que também se constituem como estratégias de enfrentamento da crise de acumulação do capital e se constituem como reprodutoras do projeto ideológico neoliberal

Dado este contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar sob uma perspectiva histórica dialética a direção que vem percorrendo a política de educação superior no Brasil a partir da reestruturação capitalista da década de 70, considerando, além das medidas políticas, as estratégias ideo-culturais empregadas para sua legitimação. Esta análise pretende viabilizar uma compreensão sobre a atual configuração da política de educação superior e responder à que(m) vem servindo. Para isto, utilizar-se-á primordialmente como base teórica as obras de Kátia Lima (2007; 2009) e Pablo Gentili (1995).

2. O CAMINHO PERCORRIDO: BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Kátia Lima (2007) ao realizar uma análise sobre as reformulações da educação superior a partir de 1990 até 2004, fazendo uso principalmente das obras de Florestan Fernandes (1975, 1989, 1991 e 1995), percebe que a educação superior vigente no Brasil se constituiu pelas relações econômicas, políticas e ideo-culturais estabelecidas historicamente na formação econômico-social e se caracteriza por um padrão dependente de desenvolvimento e de educação, que é fundamentado pela própria constituição do país que foi colônia e é dependente do capitalismo internacional.

Lima expõe que as universidades brasileiras constituíram-se importando conhecimentos e modelos europeus e seu acesso era um privilégio da burguesia. Com o desenvolvimento do capitalismo a educação teve seu acesso ampliado à classe trabalhadora por exigência do capital, com o objetivo tanto de atender às necessidades das alterações produtivas daquele momento através da qualificação da mão-de-obra, quanto de difundir a concepção de mundo burguesa, através da construção da imagem de uma política inclusiva, sob um discurso de modernização da educação para o desenvolvimento do país. Esta lógica de importação de modelos e conhecimentos de educação e de submissão as determinações do capital internacional que orientou a educação superior no Brasil (e historicamente continuou orientando) é o que configura o que a autora apreende sobre os conceitos de “colonialismo educacional” ou padrão dependente de educação superior de Fernandes.

Na década de 60, período da ditadura militar no Brasil, a reforma universitária entrou em pauta e foi implementada para o desenvolvimento do país com base na eficiência e na



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

modernização das instituições de ensino superior. O projeto de educação superior baseava-se em um modelo empresarial de educação com objetivo de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Para tanto, foi um período de ampliação do acesso às universidades, mas também do sucateamento das instituições de ensino superior públicas, e principalmente foi um período marcado pelo aumento indiscriminado do setor privado na educação. Inicia-se no governo militar a privatização da educação através do financiamento público para as instituições de ensino superior privadas. Barbosa (2012, p. 07) ao analisar o trabalho de Pinto (1986) expõe que “em 1978 a iniciativa privada era responsável por mais de 70% das instituições de ensino superior no país”, dado este que embasa a seguinte afirmação de Lima (2009),

A expansão do acesso à educação superior realizada pelo regime burguês-militar é analisada por Fernandes (1989) como um “milagre educacional” que criou as ilusões de “democratização do acesso” omitindo que este processo ocorria de forma combinada com o aumento significativo do setor privado na área educacional (p. 33).

A reforma universitária de 1968 conduzida pelo governo militar dá início a configurações de políticas e concepções de educação que se reproduzem, se intensificam ou se reconfiguram sob a mesma base ideológica na atualidade. Conforme Lima (2007, p. 129) citando Fernandes (1989) o governo concentrou-se em algumas ações fundamentais, como a simulação da democratização da educação superior com a ampliação de vagas e a introdução da concepção de ensino como mercadoria, “o estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso”. O objetivo dessas ações era expandir o mercado privado da educação, manter a ordem social e, conforme expressão utilizada pela autora, “conformar mentes e corações” à ordem burguesa utilizando o argumento do desenvolvimento do país, tudo isto a fim de alinhar o país às exigências do capital.

A década de 80 foi marcada por intensos movimentos sociais e políticos que lutavam pelo fim da ditadura militar, pela redemocratização do país e por garantia de direitos. Desse processo de redemocratização resultou a Constituição Federal de 1988, que, dentre outros direitos, instituiu a educação como um direito social (art. 6º), e como um dever do Estado e da família (art. 205), que tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). Aspecto importante de salientar, é que ao mesmo tempo em que é promulgada a Constituição Cidadã, em que se instituem legislações mais dignas para a população e se vislumbra a construção de um novo cenário alinhado com a democracia e a justiça social, o ideário neoliberal avança e consolida-se de forma contraditória a um momento que se esperava de construção de um processo de democratização político, econômico, social e jurídico.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A partir da década de 90, então, os direitos garantidos pela Constituição vêm sendo desmontados pelo acirramento do neoliberalismo e pela globalização da economia e o resultado deste processo para as políticas sociais é que elas assumem uma lógica mercantil, de forma focalizada e seletiva, perdendo sua concepção de direito e permeada cada vez mais por interesses privados do capital. Para a educação, assim como para outras políticas sociais, a década de 90 entra com uma tendência fortíssima a mercantilização e privatização, principalmente do ensino superior, desconstruindo a lógica do direito a educação. Segundo Lima (2009), a expansão do acesso ganha nova racionalidade através de dois mecanismos: a “explosão” do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas. No entanto, a autora salienta que,

A privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal de sociabilidade: constitui-se em uma marca histórica da inserção capitalista dependente do Brasil na economia-mundo, seja por intermédio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos privados. No entanto, nos anos de contra-revolução neoliberal essa privatização ganhou novos contornos (2007, p. 130).

Na análise realizada pela referida autora sobre as reformulações da educação superior realizadas no período que ela chama de contra-revolução neoliberal (1990 a 2004), percebe-se que o projeto neoliberal foi percorrendo os governos constantemente através de diferentes instrumentos legais implementados, seguindo a mesma lógica de atendimento dos interesses do capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora. Para a autora essas reformulações seguem três objetivos que estão de acordo com as determinações dos representantes do capital: o alívio da pobreza, a difusão de um novo projeto de sociabilidade burguesa e a constituição de um promissor e lucrativo campo de mercado para o investimento e exploração do capital internacional.

Demonstrando o que foi exposto no parágrafo anterior, Lima (2007) afirma que os projetos de reformulação da educação superior do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) caracterizaram-se por uma política intensa de privatizações e estavam pautados no objetivo de formar recursos humanos para atendimento das demandas de um mercado competitivo, a fim de inserir o Brasil na economia globalizada e na sociedade da informação. Neste governo, a modernização, a democratização e a eficiência foram utilizadas como justificativas para a reformulação da educação através da implementação de políticas privatistas que fomentaram a utilização de recursos públicos e privados, com investimentos no setor privado, novas formas de gestão da educação e a redução de custos sociais.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Com relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, Lima (2007; 2009) observa que este identificou a educação como um serviço público não-estatal, isto é, um serviço que poderia ser prestado tanto por instituições públicas quanto privadas, assim, se justificando o financiamento público (direto ou indireto) para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas. Desta forma, a responsabilidade do Estado com a política de educação superior pública é ainda mais reduzida e a lógica do governo se materializa através da redução de verbas públicas, da precarização do trabalho docente, da submissão da formação profissional às exigências do mercado e do estímulo ao empresariamento desta área. A expansão do acesso à educação também foi uma política implementada neste governo sob o discurso de democratização do acesso à educação.

A reformulação da educação superior do governo Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecida pela autora como o aprofundamento do padrão dependente, é vista pela mesma como uma continuidade dos projetos políticos dos governos anteriores, seguindo os princípios e diretrizes neoliberais ditados pelos representantes do capital. Este governo identificou a educação inserida no setor de serviços não-exclusivos do Estado, o que, desta forma, aprofundou a desresponsabilização do Estado com a educação superior e seu empresariamento. Sua política de governo foi “o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira”, e o acesso à educação superior foi “sua mais eficiente estratégia de manipulação ideológica”. (2007, p. 126). Assim, na análise de Lima:

A crise da universidade é, desta forma, imposta pela crise constante do capital em sua busca incessante pela lucratividade e pela conformação de mentes e corações ao seu projeto societário. Nestes marcos, a expansão do acesso ocorre, historicamente, associada à ação direta do setor privado na área educacional (2007, p. 126).

Analisando a trajetória histórica da política de educação superior no Brasil pode-se perceber claramente a intensificação constante do processo de privatização e transformação da educação em uma mercadoria rentável ao capital e voltada para o capital, já que o objetivo da formação parece estar subordinado ao atendimento das necessidades do mercado. Mesmo considerando que os governos assumem uma política de expansão do acesso à educação superior, podemos nos questionar que expansão é esta? Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2013) demonstram de que forma vem se dando esta expansão e que direção, então, a educação superior brasileira vem percorrendo: o total de alunos matriculados na educação superior brasileira ultrapassou a marca de 7 milhões em 2012, porém, as 2112 instituições privadas são responsáveis por 73% destes, enquanto o restante (27%)



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

estão nas 304 instituições públicas de ensino superior. É esta expansão que queremos? A expansão de instituições privadas? A expansão do mercado da educação, da educação como uma mercadoria?

Devemos entender que para consolidação destas políticas educacionais privatistas e para manutenção e fortalecimento mesmo do projeto ideológico neoliberal há necessidade de sua difusão e reprodução por meio de mecanismos ideo-cultural que são utilizados para formação do consenso em torno da lógica capitalista mercantil, o que vem sendo realizada pelos representantes do capital (burguesia internacional, organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e UNESCO, bem como referendado de acordo com os interesses da burguesia nacional) conforme se pode perceber no decorrer da análise de Lima (2007; 2009) e que será trabalhada a seguir de forma mais aprofundada nas análises de Pablo Gentili (1995).

3. O FORTALECIMENTO DO PROJETO NEOLIBERAL ATRAVÉS DE SUA DIFUSÃO IDEO-CULTURAL

Analisando a ofensiva neoliberal contra a escola pública, Gentili (1995) ressalta a importância de reconhecer as estratégias ideo-culturais que possibilitam o triunfo e o fortalecimento do projeto neoliberal. O autor acredita que “a acumulação de capital sempre implicou uma tendência generalizada e crescente à mercantilização de todas as coisas” (p. 228) e que essa expansão mercantil causa impacto não só nas “coisas materiais”, mas também na materialização da consciência das pessoas.

É assim que os indivíduos, na medida em que introjetam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação dos mundos possíveis, aceitam – e confiam – no mercado como o âmbito em que, “naturalmente”, podem – e devem – desenvolver-se como pessoas humanas. No capitalismo histórico, tudo se mercantiliza, tudo se transforma em valor mercantil (GENTILI, 1995, p. 228).

Para o autor esta introjeção, esta naturalização da mercantilização das coisas se constrói não apenas através da implementação de medidas políticas, mas também através de estratégia culturais que dão sentido a ela e desintegram qualquer outra possibilidade de pensamento. Tais estratégias se configuram na reprodução de discursos e conceitos esvaziados de seu sentido, como democracia e direito, e desvalorização do aparato institucional garantidor de direitos. Nesta perspectiva, o autor desenvolve sua análise sobre a manutenção e fortalecimento da reestruturação econômica, política e social capitalista e sua lógica mercantil.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Na análise do autor (1995), a reestruturação capitalista (exposto no início deste trabalho) realizada pelo neoliberalismo potencializou uma característica histórica e própria da sociedade capitalista que foi a dualização (divisão social: os ganhadores e os perdedores, os integrados e os excluídos) e marginalização de setores cada vez mais amplos da população. Essa característica é evidenciada como algo normal e até desejável para o desenvolvimento de uma sociedade competitiva de mercado, por meio do qual as ideologias meritocráticas e do individualismo competitivo a justificam e legitimam.

O princípio do mérito é utilizado como estímulo aos indivíduos na conquista de bem-estar, de um sistema de proteção do trabalho e da possibilidade de ascensão de classe (o que o Estado deveria garantir), já que na funcionalidade do mercado cada indivíduo tem um valor de troca de acordo com sua capacidade individual e será retribuído de acordo com sua eficiência, no entanto, caso não tenha êxito, o indivíduo é culpabilizado, única e exclusivamente, pois na ideologia do capital o sistema oferece as oportunidades. O princípio do mérito, conforme Gentili:

Ainda quando ideologicamente costuma ser apresentado como *norma de igualdade* (já que, aparentemente, permite a mobilidade social em função de certos atributos que o indivíduo joga e conquista “livremente” no mercado), o princípio do mérito é fundamental e basicamente uma *norma de desigualdade*. Como tal, consagra a divisão social dualizada, ao mesmo tempo em que a transforma em uma meta a ser conquistada. (OFFE, 1976; LO VUOLO, 1993 *apud* GENTILI, 1995, p. 234)

Os direitos sociais são desconstruídos ideológica e culturalmente por meio da lógica neoliberal de que estes trazem a acomodação dos indivíduos e a dependência do Estado, bem como desrespeitam o mérito daqueles que se esforçam mais. Assim, através destas estratégias ideoculturais, há um esvaziamento do significado de conceitos como direitos sociais, cidadania, democracia, em prol do desenvolvimento da sociedade do capital, mas que foram construídos socialmente ao longo da história da humanidade.

Da mesma forma que conceitos são esvaziados de seus sentidos para a consolidação da reestruturação e manutenção da hegemonia do capital, o reordenamento do papel do Estado também exigiu a construção de uma nova lógica que vinha na contramão daquele contexto histórico, momento em que o Brasil entrava na construção de uma sociedade democrática com um Estado forte garantidor de direitos. Assim, junto com a desconstrução de conceitos democráticos, o próprio sentido do Estado (Estado de Bem-Estar) e de seu aparato institucional foi sendo reconstruído ideológica e culturalmente.

O Estado é responsabilizado pela crise de acumulação capitalista e os problemas indicados pelos neoliberais tratam de seu caráter intervencionista que entrava a liberdade de expansão do



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

mercado, desestimula a competitividade e produz excessivos gastos públicos, bem como de sua ineficiência e excessiva burocracia. Gentili indica alguns argumentos encontrados na obra de Picó (1987) utilizados contra o Estado de Bem-Estar Social:

(...) o Estado viu-se obrigado a suprir necessidades e provisões que estão fora de seu alcance e esta assistência tão generosa fomentou a preguiça e o absenteísmo. Os grupos de pressão, e em geral o corporativismo, cresceram de tal maneira que o Estado se encontra sobrecarregado com demandas impossíveis de satisfazer. Estendeu-se o leque de direitos sociais e a população espera que os governos se responsabilizem e intervenham em setores cada vez mais amplos da sociedade, mas ao mesmo tempo pedem a redução dos impostos e a contenção dos preços. Esta situação se torna ingovernável e a única saída é um retorno paulatino às premissas do *laissez faire* que contenha os gastos públicos e estimule o investimento privado, renunciando a formas intervencionistas de Estado (1995, p. 236)

As políticas sociais e as instituições públicas são sempre alvo de críticas destrutivas que focam na ineficiência, na desordem, falta de recursos e condições estruturais, na corrupção, nos elevados gastos, na má administração de recursos, etc, enfim a ênfase recai no descrédito dos serviços públicos oferecidos a população por instituições públicas.

No que diz respeito ao âmbito educacional, Gentili (1995) em sua análise sobre a escola pública observa que as estratégias políticas estão sempre acompanhadas de mudanças culturais que objetivam a destruição ideológica da possibilidade de construção de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias.

Podemos utilizar como exemplo a política de enfraquecimento das instituições públicas de educação superior através da redução de gastos públicos e da privatização interna, bem como do incentivo público às instituições privadas, mediante uma política cultural que ao mesmo tempo promove a expansão do acesso à educação superior em instituições privadas em sua maioria (conforme observado anteriormente pelos dados do INEP) e reduz a responsabilidade do Estado através do discurso da ineficiência das instituições públicas e da incapacidade do Estado no financiamento de serviços sociais públicos. Por esta lógica Gentili (1995) afirma que a política de reforma cultural “pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação” (p. 244), pois nas palavras do autor:

o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas (GENTILI, 1995, p. 244)

Na visão do autor (1995) a cultura da mercantilização da educação e de negação deste direito triunfa através do uso e abuso de estratégias discursivas sobre qualidade e articulação da



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

educação e do trabalho. O discurso da qualidade da educação caracteriza-se por seu conteúdo fundamentado na qualidade produtivista. Para os neoliberais a qualidade da educação possui um status de “propriedade”, o que significa que ela está no mercado e é passível de compra e venda. A qualidade da educação como propriedade supõe, então, a diferenciação do universo de consumidores de educação e a legitimidade de exclusão de outros de seu usufruto, já que se trata de algo “adquirível no mercado dos bens educacionais” (p. 246).

Portanto, a qualidade da educação no discurso neoliberal não se define por uma condição de direito e não é algo universalizável. Assim como a condição do trabalho também não é definida como direito. E o discurso que relaciona educação-trabalho a reduz a uma fórmula mercadológica de “educação para o emprego”, sob a lógica de que aqueles que “possuem” a propriedade da educação de qualidade “terão maiores opções de emprego no mercado de trabalho para ter acesso à propriedade de um salário; os não-proprietários, menos” (p. 249). Trata-se de uma relação que reduz a educação somente a possibilidade de acesso ao trabalho.

Em suma, a obra de Gentili procurou desvendar e denunciar as estratégias ideo-culturais utilizadas pelo neoliberalismo que produzem no imaginário social uma realidade que parece tornar impossível a possibilidade de se pensar em outra. E coloca como desafio a criação de novas condições ideo-culturais fundadas nos direitos democráticos, na igualdade e na justiça social.

4. CONCLUSÃO

A política de educação superior brasileira se constitui historicamente no engendramento econômico, político, social e ideo-cultural do país, desde suas origens a questão do acesso à educação superior está em pauta, contudo, mesmo com resistência, esta política se constituiu sob a lógica hegemônica do capital, voltada para o atendimento das necessidades do mercado capitalista, com o objetivo de abertura de campos lucrativos para a exploração do capital.

A partir da década de 90 as explicações para a crise do capitalismo centram-se na "demasiada" regulação do estado na esfera social e econômica, abrindo porta para as idéias neoliberais que propunham a revisão do papel do estado através de sua modernização e eficiência, significando sua redução tanto na regulação do mercado quanto na promoção das políticas sociais. Para a educação superior a entrada do neoliberalismo no Brasil significou a intensificação de sua mercantilização, então a educação que deveria representar um direito, passa a ser um serviço disponível para a exploração do capital.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A história da educação superior brasileira mostra que ela está sempre voltada para a qualificação de mão-de-obra, de acordo com as necessidades específicas de um momento histórico do capitalismo; para a difusão da concepção de mundo burguesa e o desenvolvimento do país, isto é, a inserção nacional ao mundo capitalista; manter a ordem social e expandir o mercado privado da educação.

As políticas de expansão de acesso à educação se dão, historicamente, por meio do sucateamento das IFES públicas, redução de verbas públicas; estímulo e investimento público nas instituições privadas; desmonte do direito à educação e sua mercadorização; estímulo ao empresariamento e desresponsabilização do Estado com este serviço social.

Historicamente governos produzem e reproduzem mecanismos para a implementação de uma política de expansão de acesso à educação superior, porém sempre sob uma lógica mercantil em detrimento das reais necessidades sociais e sempre com um mesmo resultado: a privatização. Para isto criam a ilusão da democratização do acesso à educação, com argumentos como, desenvolvimento do país, combate à pobreza, modernização, eficiência, redução de desigualdades sociais, etc., porém discursos e conceitos são esvaziados de seus sentidos e utilizados como estratégias ideo-culturais, a fim de promover o consenso e assegurar lógica mercantil capitalista.

Nesta análise, pode-se perceber que a política de educação superior no Brasil vem percorrendo um caminho de privatizações e servindo basicamente aos interesses e necessidades do capital. Nesta perspectiva, a negação do direito à educação como um bem público, democrático, de qualidade e universal vem se materializando em prol da acumulação capitalista que mercantiliza todas as coisas e afasta do ideário social a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade democrática mais justa e igualitária. Podemos dizer que o triunfo neoliberal se dá ao mesmo tempo através da implementação de medidas políticas e da produção e reprodução ideo-cultural, tornando-se essencial além da identificação, denúncia e a imposição de resistência, a construção e difusão de uma nova ordem cultural que expresse uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. D. L. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior**. Em Debate (PUCRJ. Online), v. 09, p. 01-29, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das minorias, In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

INEP. **Brasil teve mais de 7 milhões de matrículas no ano passado**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado. Acesso: 11/06/14.

LIMA, Kátia R. de Souza. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

_____; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas:15(1): 31-50, jan.-jun./2009.